

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 806, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Imposto sobre a Renda
incidente sobre as aplicações em fundos de
investimento.

EMENDA Nº x

O § 2º do artigo 3º da Medida Provisória nº 806, de 30 de outubro de 2017, passa a vigorar acrescido dos incisos I e II:

§ 2º Os rendimentos de que trata o caput serão tributados:

I - às alíquotas estabelecidas no art. 1º da Lei nº 11.033, de 2004, e no art. 6º da Lei nº 11.053, de 2004, nas hipóteses de amortização ou de resgate de cotas em decorrência do término do prazo de duração o ou do encerramento do fundo; e

II - às alíquotas estabelecidas no inciso I, §2º do art. 1º da Lei nº 11.033, de 2004, e no §3º do art. 6º da Lei nº 11.053, de 2004, nas hipóteses da incidência da tributação periódica.

.....

§ 3º O imposto de que trata o caput será retido pela instituição ou entidade que, embora não seja fonte pagadora original, faça o pagamento ao investidor e recolhido em cota única até o terceiro dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência do fato gerador.

.....



JUSTIFICATIVA

Precisa ficar claro que o art. 3º refere-se à incidência tanto da tributação do IR nas hipóteses de amortização ou de resgate de cotas em decorrência do término do prazo de duração o ou do encerramento do fundo, quanto da tributação periódica prevista no art. 3º da Lei 10.892/2004, e com as alíquotas previstas no inciso I, §2º do art. 1º da Lei nº 11.033 e no §3º do art. 6º da Lei nº 11.053.

Tem havido grande crescimento do número de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado cujas cotas são admitidas à negociação nos mercados secundários de bolsa e de balcão organizado. O principal exemplo é o fundo de investimento imobiliário, sem prejuízo de novas modalidades que estão surgindo, como os fundos de infraestrutura e, agora, os ETFs (de renda fixa ou mesmo os de ações – já existentes).

A regulamentação atual impõe ao administrador dos fundos constituídos sob a forma de condomínio fechado, cujas cotas são admitidas à negociação nos mercados secundários de bolsa e de balcão organizado, a responsabilidade pelo recolhimento do imposto sobre a renda devido. Contudo, o administrador não tem acesso às informações necessárias para estabelecer a base de cálculo do imposto devido.

Considerando que a Lei 13.043/2014 regulamentou a responsabilidade pelo recolhimento do imposto sobre a renda devido para os Fundos de Índice de Renda Fixa, conforme disposto no art. 4º, solicitamos o mesmo ajuste para os fundos fechados, de forma a permitir o correto e efetivo recolhimento do imposto devido.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2017



ALFREDO KAEFER

Deputado Federal PSL/PR



CD/17935.20478-62